A PERSPETIVA DO GÊNERO NA MUDANÇA CLIMÁTICA: MARCOS PARA O DEBATE

THE GENDER PERSPECTIVE ON CLIMATE CHANGE: FRAMEWORKS FOR DEBATE

LA PERSPECTIVA DEL GÉNERO EN EL CAMBIO CLIMÁTICO: MARCOS PARA EL DEBATE

Luz Stella Rodríguez Cáceres
Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos
lunsella@gmail.com

Resumo:
A intersecção entre gênero e meio ambiente vem se constituindo como um campo intelectual que entrelaça os processos simultâneos de produção da natureza e de produção dos sujeitos. Dar atenção à forma como a relação entre sujeitos e meio são mediados por processos de diferenciação e dominação baseados no gênero e no poder é fundamental para desnaturalizar relações de opressão e desigualdade que se potencializam durante eventos climáticos e ambientais extremos. O objetivo desta reflexão é oferecer um balanço dos principais marcos teóricos que tem abordado gênero e meio ambiente e fornecer ferramentas para uma abordagem crítica da mudança climática integrando um olhar interseccional sobre seus efeitos, que frequentemente são apresentados de forma generalizada e sem distinção social. Esta revisão bibliográfica procura realizar uma genealogia teórica a respeito dos papéis de gênero nas articulações entre o político e o ambiental com miras para a construção de políticas públicas para mitigação e adaptação ao clima que contemplem de forma transversal a perspetiva de gênero.

Palavras-chave: gênero, meio ambiente, mudança climática, ecologia política.

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract:
The intersection between gender and the environment constitutes an intellectual field that intertwines the simultaneous processes of nature production and the production of subjects. Paying attention to how these subjects and their relationship with the environment are mediated by processes of differentiation and domination based on gender and power is fundamental to denaturalizing relationships of oppression and inequality that are heightened during extreme climate and environmental events. The objective of this reflection is to offer an overview of the main theoretical frameworks that have addressed gender and the environment and to provide tools for a critical approach to climate change, integrating an intersectional perspective on the effects of climate change, which are often presented in a generalized manner and without social distinction. The literature review seeks to conduct a theoretical genealogy regarding gender roles in the articulations between the political and environmental spheres, with a view to developing public policies for mitigation and adaptation that transversally consider the gender perspective.

Keywords: gender, environment, climate change, political ecology

Resumen:
La intersección entre género y medio ambiente viene constituyéndose en un campo intelectual que entrelaza los procesos simultáneos de producción de la naturaleza y la producción de sujetos. Prestar atención a como sujetos y su relación con el medio ambiente están mediados por procesos de diferenciación y dominación basados en el género y el poder es fundamental para desnaturalizar las relaciones de opresión y desigualdad que se potencializan durante los eventos climáticos y ambientales extremos. El objetivo de esta reflexión es ofrecer un panorama de los principales marcos teóricos que han abordado género y medio ambiente y brindar herramientas para un enfoque crítico del cambio climático, integrando una perspectiva interseccional sobre sus efectos, que a menudo son presentados de manera generalizada y sin distinción social. La revisión bibliográfica busca realizar una genealogía teórica sobre los roles de género en las articulaciones entre las esferas política y ambiental, con miras al desarrollo de políticas públicas de mitigación y adaptación al clima que contemplen la perspectiva de género.

Palabras-clave: género, medio ambiente, cambio climático, ecología política

Introdução

Quando em 2024 publicamos *Úrsula, uma peixinha do sertão carioca*, Rachel Paterman e eu estávamos interessadas em expor o ponto de vista dos conhecidos peixes das nuvens, habitantes dos brejos das Zona Oeste do Rio de Janeiro. Nessa história de ficção especulativa destinada à divulgação científica, os peixes das nuvens ganharam holofotes, mas isso só foi possível pelo trabalho de Maya, a protagonista humana, que compreende que é na impermeabilização do solo _ promovida pelos processos de especulação imobiliária_ que está a principal ameaça contra essa espécie. Esses mesmos processos são a causa de enchentes e alagamentos na cidade. Maya representa o invisível papel do gênero na questão climática e ambiental e o engajamento feminino na ciência, nas ações e nos movimentos sociais para combater a crise climática e promover a justiça ambiental. Como afirma Haraway (2015) feministas exercerem liderança na imaginação, na teoria e na ação.

O investimento teórico sobre os principais marcos para o debate sobre gênero e clima aqui proposto surgiu da consciência de que tal temática merece maior reflexão e aprofundamento do que pudemos dar nesse livro de histórias em quadrinhos e tomou força a partir das enchentes que em 2024 atingiram de forma dramática o estado de Rio Grande do Sul. Nesse evento o volume de chuvas intensas levou ao transbordamento de rios e lagos, causando dramáticas inundações em áreas urbanas e rurais e destruindo casas e vidas. Esse episódio acentuou situações de vulnerabilidade social e expôs, entre outras coisas, as múltiplas faces das violências contra as mulheres. As notícias de abuso sexual de mulheres em abrigos temporários montados para receber a população atingida não foi apenas um

exemplo cruel e perverso da violência; tais fatos também mostram que as respostas às catástrofes ambientais exigem uma abordagem de gênero.

Mulheres e meninas têm maior dificuldade em lidar com eventos climáticos extremos devido a fatores como o sexismo, a violência de gênero, a divisão sexual do trabalho e o acesso desigual a recursos. Em termos de impacto, os efeitos causados pelos eventos climáticos multiplicam as vulnerabilidades às quais mulheres estão expostas, especialmente em periferias e contextos de pobreza. Sob essas condições as pessoas frequentemente enfrentam maiores dificuldades em obter conforto térmico, tanto em suas residências quanto em transportes públicos, devido à falta de recursos para adquirir aquecedores ou aparelhos de ar-condicionado. Tempos de crises exacerbam as desigualdades que constituem as sociedades. Eventos climáticos extremos potencializam violências e acentuam desigualdades como a pobreza extrema, a fome e a violência doméstica.

Segundo o relatório *Justiça Climática Feminista: um Quadro para Ação* da ONU (Turqet et al, 2023), as mulheres são as mais afetadas pela emergência climática e as menos responsáveis pelas suas causas. De acordo ao estudo, o aumento da temperatura global em três graus Celsius pode levar mais de 158 milhões de mulheres e meninas à pobreza até 2050. Esse número é 16 milhões a mais do que o número esperado e projetado quando olhado para os homens. Além disso, 236 milhões de mulheres e meninas poderão sofrer com a insegurança alimentar, e esse número é 131 milhões a mais do que o número esperado entre homens e meninos.

Apesar do seu protagonismo como cientistas, ativistas e defensoras consagradas em espaços comunitários, locais e institucional-

lizados, as mulheres estão sub-representadas tanto nos processos políticos de tomada de decisão como na formulação de políticas públicas relacionadas ao clima (ibid.). Um exemplo concreto nesse sentido é a baixa presença feminina nas Conferências das Partes (COPs) da ONU sobre mudanças climáticas. A falta de mulheres em espaços de tomada de decisão sobre as mudanças climáticas leva a que as políticas públicas não consideram adequadamente as necessidades e perspectivas femininas. (Iacovini e Vieira, 2020).

É diante deste panorama que levanto aqui alguns dos marcos fundamentais para pensar de forma robusta a relação ente gênero e clima. É verdade que pouco a pouco, o gênero vem sendo incorporado nas análises e em algumas políticas públicas diferenciadas. Contudo, essa inclusão por vezes esconde seu esvaziamento e a despolitização do sentido inicial pretendido. Daí a urgência de uma aproximação crítica à lógica da diferenciação hierárquica baseada no gênero, que permita incorrer numa análise dos processos engendrados de subjetivação e sujeição, e suas implicações sociais e políticas nos corpos e nos territórios.

Sem a pretensão de fazer um inventário exaustivo, faço um breve esboço por algumas das correntes dos estudos de gênero e ambiente como o ecofeminismo, a ecologia política feminista, a justiça ambiental e o corpo território que em conjunto dão conta de como os papéis de gênero resultam fundamentais na constituição dos sujeitos e na sua relação com o meio ambiente. Longe de serem blocos separados, esses aportes teóricos se emprestam conceitos que se irrigam mutuamente, constituindo perspetivas complementares para a compreensão das relações entre os seres humanos e a natureza em diferentes escalas: Do complexo de relacionamentos e espaços que chamamos de lar, às ecologias políticas locais e globais

interligadas que delineiam o território, passando pelo corpo, para finalmente abordar o caráter social e político dos chamados desastres naturais.

Gênero e ambiente

Levar a sério as relações de gênero e poder engendradas e seu papel constitutivo nas interações entre humanos e não-humanos permite analisar o enraizamento do sexismo e do racismo na problemática ambiental, lhe concedendo a esta um status político. Mais do que um assunto de fauna e flora, é imperativo compreender a natureza inerentemente política do meio ambiente. Longe de ser uma entidade autônoma e neutra, a natureza é uma entidade socialmente construída, profundamente política e em definição permanente e não menos real ou material por isso.

Autores como Ingold (2000), Haraway (1984), Escobar (2005), Descola (2001) entre tantos outros, têm sido chave na nossa compreensão das relações de poder que determinam as distinções hierárquicas entre natureza e cultura, entre ambiente e sociedade e entre humanos e não-humanos, refinando nosso entendimento sobre a produção social da natureza e a indissociabilidade do político e do ambiental (Latour, 1994).

Já os estudos sobre a as relações entre gênero e meio ambiente constituíram-se um campo dinâmico de produção intelectual a partir da década 1980 quando Carolyn Merchant (1980) fez um apelo para prestar atenção à forma como as relações de diferenciação e dominação baseadas no gênero. Desde então, a combinação dessas categorias começou a tomar forma dentro do campo dos estudos da questão ambiental, contribuindo para a produção e conhecimento da

transformação do ambiente. Ao longo do tempo, a forma de compreender esses termos se transformou para incorporar versões mais construtivistas de ambos os conceitos.

Nas sociedades ocidentais a construção social e histórica do feminino e do masculino é marcada por uma forte assimetria. Nesse sentido, Joan Scott (1988) defende que o conceito de gênero é de vital importância para entender o caráter social das distinções baseadas no sexo. O conceito deixa claro que a discriminação vivida pelas mulheres não é um problema exclusivo delas ou advindo de uma incapacidade natural, mas resultado da construção das relações sociais entre os sexos ao longo da história. Deste modo, o gênero resulta não apenas uma ferramenta analítica, mas também uma ferramenta de ação política.

Pela sua vez, Daniele Kergoat (2009) afirma que homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas construções sociais que formam dois grupos envolvidos em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Ao invés de gênero, esta feminista francesa apela ao sexo, o que leva a uma visão sexuada dos fundamentos e da organização da sociedade ancorados materialmente na divisão sexual do trabalho. Como todas as relações sociais, estas possuem uma base material: o trabalho, e se exprimem por meio da divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho é considerada como uma das dimensões da divisão social do trabalho, e nela o aspecto da opressão/dominação está fortemente contida e vai muito além de indicar desigualdades ou injustiças (Hirata e Kergoat, 2003).

As ferramentas brindas por estas autoras sobre as noções de feminilidade e masculinidade, os valores da sexualidade, os estereótipos e as expectativas de comportamento nos espaços físicos

e sociais de acordo às identificações no espectro de gênero foram revolucionárias e ajudaram a desconstruir ideias tradicionais e promover uma compreensão mais complexa e fluida do gênero e a sexualidade. Contudo, as consequências de exploração, dominação e sujeição baseadas no gênero são mais bem compreendidas a partir da sua intersecção com as variáveis de raça e classe (Crenshaw, 1994). A complexificação desses marcadores envolve o reconhecimento de que as pessoas podem ser afetadas por múltiplas formas de desigualdade simultaneamente, e que essas desigualdades podem se interconectar e reforçar mutuamente. Ao respeito, Stefania Gallini (2004) tem refletido que a pesquisa ambiental exige atenção à natureza política dos processos socioambientais estudados, bem como à maneira como eles são profundamente atravessados por relações de poder baseadas em classe, gênero e raça.

Estudos sobre gênero e meio ambiente abrangem diferentes tópicos e níveis de análise. Isto é revelado pelas suas múltiplas genealogias e as trajetórias de correntes como o ecofeminismo e sua procura por desmantelar a visão ocidental e instrumentalista de uma natureza feminizada que é categorizada como virgem, exuberante e totalmente ao serviço dos seres humanos. (Shiva, 1995; Merchant, 1990), os estudos científicos feministas (Haraway, 1984; Harding, 1987) os movimentos de justiça ambiental (Bru, 1996; Di Chiro, 2017; Pulido, 2000), os estudos sobre a justiça reprodutiva e seu posicionamento frente ao neomalthusianismo que pontua que a população pobre e racializada é a produtora da crise ambiental (Davis, 2006; Ginsburg; Rapp, 1991, 1995; Morgan; Roberts, 2012,) e a ecologia política feminista, (Agarwal, 1997); Rocheleau et al, 2004).

Ecofeminismo

O ecofeminismo marcou uma mudança significativa na forma em que abordamos as questões de gênero e meio ambiente. O conceito surgiu na década de 1970, quando a filósofa francesa Françoise d'Eaubonne acunhou a palavra no artigo titulado *O feminismo ou a morte*. Ela argumentava que a dominação masculina sobre as mulheres e a natureza estavam interligadas, com o patriarcado se utilizando da opressão feminina para sustentar a exploração ambiental. A autora defendia questões sobre o controle de natalidade e propunha que a emancipação feminina, passava pelo acesso a contraceptivos e o aborto, vitais para lidar com a superpopulação e a destruição ambiental. Para ela, a superpopulação do planeta era fruto da insistência do patriarcado em controlar os corpos das mulheres, contribuindo para aumentar o número de consumidores no mundo, favorecendo deste modo o avanço do capitalismo.

Hoje em dia, sob os avanços da perspectiva proposta pelas teóricas da governança reprodutiva (Ginsburg; Rapp, 1991, 1995; Morgan; Roberts, 2012) sabemos que a metáfora da bomba populacional como responsável do deterioro ambiental resultou profundamente problemática ao colocar mulheres racializadas como responsáveis pela "superpopulação" e a pobreza; conduzindo políticas eugênicas e subsidiando práticas como a esterilização compulsória (Hartman, 1987; Davis, 2016). Contudo, d'Eaubonne se destaca por indicar que o desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, arraigado na história é um fator primordial na crise ecológica atual.

Na genealogia de gênero e ambiente, Carolyn Merchant deu um passo a frente com *A Morte da Natureza* (1980). Esse livro é a obra mais conhecida da autora e representa uma contribuição

robusta para a teoria ecofeminista. Com foco na Europa ocidental e especialmente a Inglaterra dos séculos XVI e XVII, Merchant se amparou em um sofisticado e amplo corpo documental, para analisar as conexões entre as imagens existentes das mulheres e da natureza na formação do mundo moderno. A revolução científica desse período é o início dessa dominação ou o momento da "morte da natureza".

De mãe nutridora que atendia às necessidades humanas em um mundo ordenado, passa-se para uma natureza caótica, capaz de ser violenta com suas secas, tempestades, calor ou frio intensos, etc. A visão de mundo orgânico, que era predominante, foi alterada para uma visão científica, mecanicista e reducionista, que poderia controlar a face caótica da natureza, validando tanto sua exploração quanto a subordinação das mulheres. Contudo, ainda hoje a autora tem pouca inserção nos cursos e programas de história ambiental e das ciências no Brasil, mas é uma ótima oportunidade para entender e questionar alguns dos princípios que pavimentaram o caminho para a crise ecológica contemporânea.

A filósofa ecofeminista Val Plumwood também desempenhou um importante papel para um enfoque construtivo do ecofeminismo. A autora defende que a dominação de mulheres e natureza está assentada na tradição racionalista, que remonta a filosofia clássica grega. A partir de sua crítica feminista à masculinidade, à racionalidade e ao domínio da natureza, Val Plumwood explica que a forma como concebemos a natureza e nos relacionamos com ela esta estabelecida no cerne do racionalismo ocidental.

Feminism and the Mastery of Nature é um marco fundamental para analisar a crise ecológica planetária. Nessa obra, Plumwood (1993) argumentou que a raiz da atual crise ecológica tem origem no "modelo dominante" da racionalidade ocidental, definido

pelas suas hierarquias dualistas. A crítica de Plumwood ao dualismo ocidental faz convergir o pensamento feminista e o ecológico. Ela define o dualismo como um sistema hierárquico de significação, que polariza diferenças existentes como se fossem dados naturais e separações irreconciliáveis – homem/mulher, corpo/mente, civilizado/selvagem, humanos/natureza – e que naturalizam opressões de género, classe, raça e espécie respetivamente.

Tais oposições se traduzem em diferenças hierárquicas entre o racional e o apaixonado, o intelectual e o corporal, a civilização e a barbárie, o progresso e atraso, etc. Enquanto as dicotomias cultura/natureza, humano/não-humano nos conduzem ao antropocentrismo, a dicotomia masculino/feminino nos direciona ao androcentrismo. Ambas categorias se conectam e assumem a superioridade do homem sobre mulheres e sobre natureza, igualando-as como objetos de dominação.

No pensamento ocidental, o humano como conceito foi desenvolvido através da sua semelhança com a identidade masculina. O problema, no entanto, não é o sexo masculino como tal, nem a condição do ser humano, mas a forma como a cultura ocidental definiu a identidade humana em relação ao gênero e à natureza. A autora evidencia o caráter implícito do gênero na definição ocidental de natureza – em oposição à de cultura – tornando impossível sua compreensão não como uma categoria absoluta, a-histórica ou deslocalizada, mas sim como uma esfera política socialmente construída.

Um lado é tomado como naturalmente dominante e primário, e outro é definido em relação a ele – em termos da ausência de qualidades. A dominação de um lado sobre o outro é encarada como inerente à ordem das coisas. Consequentemente, a resposta

apropriada ao dualismo não é a reversão nem a fusão, ou a aniquilação da diferença, mas sim desafiar a polarização das identidades, reconstruindo a diferença ao longo de linhas não-hierárquicas.

A crítica de Plumwood da modernidade capitalista e industrial se constituiu num passo fundamental para a procura de histórias alternativas que permaneciam invisíveis e ignoradas pela cultura ocidental. Para ela, é primordial dar visibilidade e contribuir para fortalecer racionalidades alternativas que contrastam com o modelo hegemónico e que tem como exemplo as histórias de cuidado e cooperação das mulheres.

Na década de 1990, Vadana Shiva e María Meis (1993), estabeleceram a conexão direta entre o sistema econômico e a devastação ambiental. Para elas, o sistema capitalista coloniza não apenas a natureza, mas também as mulheres, os povos e os territórios, explorando-os, sem levar em conta as vidas e as histórias das comunidades em risco. Para elas, obsessão pelo crescimento econômico a tudo custo subordina as relações ecológicas e humanas, levando à exploração excessiva dos recursos naturais e perpetuando as desigualdades de gênero que relegam as mulheres a papéis subordinados na sociedade.

Conforme Shiva e Mies (1997), mesmo que o ecofeminismo tenha sido utilizado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, em 1974, ele só ganhou o campo com as lutas das mulheres frente aos desastres ecológicos como o avanço das usinas nucleares nos Estados Unidos e o movimento Chipko na Índia nas regiões montanhosas do Himalaia. Este último foi um movimento de resistência ambiental iniciado na década de 1970, em resposta ao desmatamento intensivo

e à exploração insustentável dos recursos naturais pelas empresas madeireiras.

Outra das contribuições de Shiva e Mies (1997) é o diálogo que estabeleceram entre os feminismos ocidentais e os feminismos do Sul, destacando tanto elementos comuns, quanto as diferenças entre essas duas perspetivas feministas. Enquanto os feminismos ocidentais se concentraram amplamente nas preocupações das mulheres em sociedades industrializadas, os feminismos do Sul se desenvolveram em contextos pós-coloniais, onde questões de gênero se cruzam com questões de raça, classe e meio ambiente de maneiras únicas. As autoras destacaram como o preconceito de gênero está presente em processos globais e internacionais o que se traduz em como as políticas e práticas globais frequentemente subestimam ou ignoram as dimensões de gênero em questões críticas como mudanças climáticas, comércio internacional, segurança alimentar e gestão de recursos naturais.

A abordagem ecofeminista tem mostrado que o processo de dominação da natureza é parte do sistema patriarcal mundial, associado à ideia de modernização, progresso tecnológico e desenvolvimento. Um desdobramento dessa perspetiva no Brasil tem sido dado por Larissa Bombardi (2023) e suas denúncias sobres os usos e abusos de venenos na agricultura e seus riscos para a saúde humana e o meio ambiente. Ao apontar a relação entre os surtos do câncer e a exposição aos agrotóxicos da indústria dos pesticidas que são banidos na Europa e nos Estados Unidos, mas são usados intensamente no Brasil, esta geógrafa tem apontados os efeitos de um colonialismo químico.

Ecologia política feminista

Examinar as diferentes relações que homens e mulheres têm com seus ambientes tem sido uma das origens da ecologia política feminista. A qual se alimenta da perspetiva feminista sobre a ciência, do conhecimento situado (Haraway, 1995; Hardin, 1987) e das indagações sobre as relações entre gênero, trabalho e direitos aos recursos naturais iniciadas por Bina Argawal (1996). Para além das diferenças que se supõem serem biológicas, esta corrente mais construtivista tem analisado como os seres humanos são socializados de diferentes maneiras. Suas exponentes argumentam que a estreita relação entre as mulheres e a natureza não é um fato biológico essencial, mas uma construção social, baseada na atribuição de papéis e funções específicas a mulheres e homens nas sociedades patriarcais.

Nesse sentido, a economista indiana Bina Agarwal (1996) ressalta que a aproximação das mulheres à natureza é socialmente construída e resulta da delegação de tarefas ligadas à reprodução, ao serviço comunitário e ao cultivo e preparação de alimentos, que hoje denominamos como a política do cuidado. Em outras palavras, o papel das mulheres na defesa e cuidado da natureza resulta das responsabilidades que historicamente lhes foram atribuídas no fornecimento de recursos materiais e energéticos necessários à subsistência das comunidades. Não se trata de uma predisposição genética, mas das circunstâncias sociais e econômicas que ditaram a distribuição de tarefas. Essa divisão sexual do trabalho influencia a maneira como as mulheres percebem e se relacionam com o ambiente.

Em muitas sociedades ao longo da história, as mulheres foram e continuam sendo responsáveis por atividades como a coleta de alimentos, gestão de recursos naturais, agricultura de subsistência e o atendimento às necessidades básicas da família, crianças e idosos. Essas atividades estão intimamente ligadas à sustentabilidade e ao bem-estar das comunidades. Portanto, as mulheres desenvolveram uma consciência ecológica e uma profunda compreensão da importância de preservar e cuidar do meio ambiente, não porque tenham uma inclinação natural para isso, mas porque sua sobrevivência e a de suas famílias dependem muito da saúde e da prosperidade da natureza.

Essa perspetiva ressalta a importância de reconhecer o papel fundamental das mulheres na gestão sustentável de recursos e na proteção ambiental, mas também enfatiza a necessidade de superar as limitações impostas pelas estruturas patriarcais que reduziram as mulheres a papéis subordinados e minimizaram sua participação na tomada de decisões políticas relacionadas à ecologia e ao meio ambiente.

Na compreensão das relações entre a sociedade e o meio ambiente, a ecologia política conceitua ambas como fenômenos ambientais e políticos simultaneamente. Considerando a diferenciação de responsabilidades, direitos e mobilizações, esta abordagem tem se atentado a como as relações de poder moldam o uso, o acesso e o controle de recursos naturais. Nessa linha surgiu a publicação de Dianne Rocheleau, Barbara Thomas-Slayter e Esther Wangari (2007), *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences*, uma obra fundamental do debate pois estabeleceu um campo específico e gerou uma proposta metodológica e teórica que analisa como homens e mulheres vivenciam diferentes formas de se

relacionar com o meio ambiente. As autoras discutem a emergência e as conexões com os estudos feministas e ambientais, destacando os vínculos com o ecofeminismo, o ambientalismo feminista, o feminismo socialista e o pós-estruturalismo ambiental feminista. O principal objetivo dos artigos da obra é explorar a constituição dos sujeitos e suas interações com a natureza a partir numa perspetiva de género. Os estudos de caso apresentados analisam como as mulheres estão envolvidas em movimentos sociais que lutam por justiça ambiental e como suas experiências moldam essas lutas. As pesquisas tornam evidente como conhecimento ambiental, direitos e responsabilidades, política de recursos e mobilizações políticas, são profundamente marcadas pelas relações de gênero, identidade e diferença, em torno de conhecimento, direitos e responsabilidades ambientais, risco ambiental na vida cotidiana, política ambiental e ativismo popular.

Um desdobramento da ecologia política feminista em América Latina, é a obra de Silvia Rivera Cusicanqui (2004), quem aborda o problema da desigualdade no acesso à terra na Bolívia como consequência da dupla dominação colonial e patriarcal que os povos indígenas, e as mulheres indígenas em particular, enfrentaram ao longo de suas vidas. A relevância do estudo das relações entre gênero e as relações de poder relatam o uso, o acesso e o controle dos recursos e no acesso à terra, água e alimentos em Bolívia são um exemplo de como se constroem os processos hegemónicos de produção da natureza e como são implementadas, negociadas e contestadas as políticas da natureza.

No Equador, o Coletivo de Geografia Crítica levanta debates sobre geografias críticas, utilizando uma perspetiva feminista para abordar a análise de espacialidades e territorialidades, e destaca a

resistência ao extrativismo, bem como aos direitos coletivos e naturais. Recentemente, Catherine Walsh (2015), com base em sua experiência com povos indígenas e uma perspetiva decolonial, posicionou outras formas de pensar e se relacionar com a natureza que confrontam as dicotomias de gênero modernas.

Justiça ambiental

Como campo intelectual e político, a justiça ambiental abrange, de acordo com Acselrad (2004, 2010) uma extensa literatura que nasce de movimentos sociais nos Estados Unidos originados na década de 1980 e envolvidos nas lutas pelo direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo. O ambiente na sua totalidade, inclui dimensões físicas, sociais, político-econômicas e afetivas. A reivindicação de um direito que possa ser livremente exercido, respeitando plenamente as identidades, a dignidade e a autonomia das comunidades é parte das mobilizações das comunidades latinas, afrodescendentes e indígenas contra o racismo que historicamente as condenou a viver em ambientes insalubres.

Justiça ambiental abrange diversas abordagens e formas de mobilização face às injustiças ambientais tão diversas como a poluição das águas, a distribuição de parques nas cidades, os efeitos da extração mineira na saúde das comunidades locais ou a localização das instalações de processamento de resíduos tóxicos, para citar alguns exemplos. Entre outros aspetos, a justiça ambiental questiona a distribuição desigual dos benefícios e perigos ambientais e defende o direito fundamental que todos nós – humanos e não-humanos – temos de permanecer livres da destruição ambiental nos nossos territórios.

Na América Latina existem vários estudos sobre mobilizações em torno de melhores condições ambientais que ocorreram em diferentes escalas, como a casa, a vizinhança, a comunidade, a fábrica, o cultivo, o saneamento ambiental, etc. Uma das pesquisadoras que geraram análises sobre justiça ambiental no México é Irene Bonilla (2015), que analisa comparativamente a participação das mulheres em movimentos de justiça ambiental para enfrentar a devastação de seus territórios. Adriana Gómez (2017), pela sua vez tem analisado o pagamento por serviços ambientais e os efeitos sobre as mulheres nos processos de tomada de decisão, participação e conservação em Milpa Alta, Cidade do México.

Justiça ambiental se remete para aspetos tão diversos como o acesso desigual à terra, a expulsão de comunidades em nome desenvolvimentos, o efeito das políticas neoliberais na soberania e segurança alimentar e a falta de água potável. Um ponto de destaque merecem os desastres causados pelos rompimentos das barragens de rejeitos da mineração de ferro em Minas Gerais (Zhouri, 2023, 2025). As ligações entre as condições ambientais e a saúde têm sido também analisadas em múltiplos casos que vão desde dejetos tóxicos até resíduos militares (Acselrad, 2010).

Trabalhos como os de Wendy Harcourt (2009) e Nancy Langston (2010) concentraram-se principalmente na escala corporal, entendendo o corpo como um conjunto de ecologias multi-situadas e interligadas. Esta perspetiva fornece elementos importantes para a compreensão das conexões entre as diferentes ecologias políticas que conectam a escala do íntimo com a escala da saúde global e ambiental com justiça social.

O corpo território

Contudo o conceito de corpo ganha outras proporções a partir da perspectiva latino-americana dos feminismos de base comunitária, ou dos feminismos territorializados (Ulloa, 2016). O conceito corpo-território emerge, simultaneamente, como denúncia e reivindicação. Trata-se de "uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por mulheres dos povos originários que vivem em comunidade e que coloca no centro o comunitário como forma de vida" (Cruz Hernández, 2017, p. 43) Sob essa compreensão, o território passa a ser abordado a partir de múltiplas escalas, principalmente como uma extensão do corpo.

O corpo-território tem origem na atuação de mulheres de Chiapas. Ativistas do *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* têm sido chave na expansão do conceito e de uma metodologia de trabalho para Guatemala, Bolívia, Equador, em áreas fortemente impactadas por megaprojetos de desenvolvimento e agronegócios. A partir desses territórios, se desenha um diagrama global das dinâmicas extrativistas do capital às quais se opõem alianças, lutas e redes para resistir a esses avanços na defesa do território.

Em contextos de violência e repressão onde os corpos das mulheres têm sido concebidos como espólio da guerra e a repressão à resistência, o território é concebido como inseparável do corpo e da natureza, num entendimento de que as violências que acontecem numa escala impactam na outra (Cruz Hernández, 2017). O significado do corpo-território se enlaça à defesa dos territórios ao tempo que denúncia o avanço dos vetores capitalistas que exacerbam as desvantagens para as mulheres num contexto em que o acesso à

terra continua a representar uma condição vital para a reprodução da vida cotidiana (Cabnal, 2010).

Apesar da importância das mulheres na produção agrícola e de que a maior parte dos alimentos consumidos vem da agricultura de subsistência realizada sobretudo por elas (Federici, 2020), mulheres são frequentemente sub-representadas como proprietárias de terras. Embora as mulheres sejam responsáveis por grande parte da produção de alimentos, elas enfrentam barreiras como acesso limitado à terra, crédito e tecnologia, além de menor reconhecimento e valorização do seu trabalho. Por outro lado, famílias cuja subsistência depende do trabalho agrícola são as primeiras a sofrer os impactos da seca ou das chuvas intensas que provocam às mudanças climáticas.

O corpo-território extrapola as ondas dos feminismos anteriores, que jamais consideraram a perspectiva das mulheres originárias e camponesas, nem suas pautas. Para Braulia Baniwa (2018) o corpo não é apenas um corpo físico, mas um repositório de conhecimentos ancestrais, práticas culturais e sabedorias coletivas, que são fundamentais para a manutenção da sua identidade e para a luta pela preservação de seus territórios.

Refletindo sobre o corpo-território, Heloisa Buarque de Hollanda (2020) apontou a urgência de um feminismo que leve em consideração essas epistemologias e absorva suas gramáticas. A partir dessas lutas e levantes emancipatórios compostos por novas solidariedades e outros territórios epistêmicos, a autora indica que somos obrigadas a ampliar as fontes e conceitos do feminismo ocidental (ibid.). Ela trouxe uma importante reflexão referente ao trânsito da teoria entre os centros metropolitanos e as periferias, a qual sempre foi feita a partir de uma troca desigual: enquanto o

centro acadêmico teorizava, esperava-se da periferia o fornecimento de estudos de caso, reduzidos ao lado prático da teoria. A partir do conceito corpo-território a periferia tornou-se o corpo concreto em oposição à mente abstrata do pensamento metropolitano.

Para denunciar os impactos do atual modelo neo-extrativista resultante do consenso das *commodities* e a reprimarização da economia, amplamente descritos por Maristela Svampa (2016, 2019), mulheres indígenas e camponesas têm retomado a noção de territórios do sacrifício o qual foi acunhado pelos movimentos de justiça ambiental nos Estados Unidos para caracterizar localidades sistematicamente escolhidas para a implementação de empreendimentos poluidores ou que oferecem riscos à população do entorno que recebe parcelas desproporcionais dos prejuízos causados pelas atividades econômicas ali realizadas.

De modo geral, as zonas de sacrifício, são consideradas territórios de baixa renda onde se instalaram indústrias com potencial de desenvolvimento, mas que, no entanto, hoje veem suas condições de vida diminuídas dado o efeito que a poluição tem tanto sobre as pessoas quanto sobre o meio ambiente. Literalmente, modos de vida são sacrificados em favor do avanço da atividade industrial intensiva. Um exemplo de reconhecimento oficial de zona de sacrifício se da em Chile onde existem cinco zonas com essas características: Coronel, Mejillones, Tocopilla, Huasco e Quintero – Puchuncaví (Vivanco, 2022, p.2),

Em Quintero – Puchuncaví, por exemplo, está localizado o Parque industrial de Ventanas, um complexo de alta complexidade composto por mais de 30 empresas entre as que se contam refinarias, termelétricas e fundição de cobre que desde 1964 têm causado uma série de conflitos ambientais ao longo de sua história, que persistem

entre a população e determinam as formas como as pessoas vivem. Os episódios de poluição causados pelo parque industrial mudaram o cotidiano de seus habitantes, influenciando a agenda e agência dos mesmos.

No entanto, há também experiências de oportunidades e resistências que respondem à caracterização de sacrifício e fortalecem a ideia de luta ambiental. É o caso do grupo *Mulheres da Zona de Sacrifício em Resistência,* em 2016 que busca construir um espaço de resistência e mobilização em torno dos envenenamentos infantis ocorridos na Escola La Greda em 2012, e por meio da apropriação progressiva do conhecimento científico e técnico existente sobre os efeitos na saúde causados pela contaminação de metais pesados, especialmente durante a gravidez e nas dificuldades de aprendizagem. Este caso demonstra a implementação de estratégias de resistência por mulheres que estavam "cansadas de que os grupos dos quais participavam fossem liderados por homens e buscavam se organizar e ganhar destaque no espaço público" (Bolados García e Sánchez Cuevas, 2017, p. 35).

Da calamidade natural ao processo socialmente construído

A partir da anterior revisão sobre gênero e ambiente, somos chamados a enxergar com outros olhos as catástrofes ambientais. As enchentes de Rio Grande do Sul em 2024 tiveram como como contraponto o fato de que quase o 60% do país sofreu com a maior seca da história do Brasil. O cenário de seca favoreceu incêndios comprometendo a integridade de ecossistemas de importância e a própria produção de alimentos, fortemente impactada pela falta de chuvas na região do Sudeste, Cerrado e Amazônia. De acordo com o

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden, o país registrou mais de 13 mil casos de estiagem extrema, de norte a sul. Em 2024, a temperatura média do planeta ultrapassou o limite de 1,5°C estabelecido no Acordo de Paris. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil (Inmet), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária, o ano de 2024 foi o mais quente desde o ano de 1961 (Agência Brasil, 2025).

Tragédias recentes como a de Petrópolis no verão de 2022 e a de São Sebastião no litoral paulista durante o verão de 2023 são inequivocamente um efeito da falta de opções da população pobre e negra. Pedro Rezende Mendonça, Fernanda Pinheiro da Silva e Gisele Brit (2023) demostram que a tragédia é ampliada pela falta de opção de moradia e produção de territórios de exclusividade, que são construídos e explorados pelo mercado imobiliário formal que levam aos mais pobre a construir em áreas de risco. A coletânea *Racismo Ambiental e Emergências climáticas no Brasil*, organizada por Belmont (2023) oferece um panorama atualizado sobre como as áreas de risco se sobrepõem às moradias de populações vulnerabilizadas e racializadas que tem se tornado refugiados climáticos.

Contudo, no seu momento alguns comentadores recorreram à velha estratégia de culpar a vítima: dizia-se que havia conhecimento prévio sobre os perigos de construir em áreas de risco de deslizamento. Em alguns casos foi apontada a "falta de julgamento", "ignorância", "preguiça" e "descuido" de comunidades que "escolheram" fazer suas habitações em locais inadequados.

Rara vez, a grande mídia aponta como causas dos desequilíbrios ambientais o tamanho da nossa desigualdade em termos de investimento social em áreas como saúde, habitação e

infraestruturas. Passa-se por alto ações como o desmatamento de florestas e matas ciliares, o avanço do agronegócio e seu lobby para a modificação das leis ambientais.

Meses depois do desastre climático que devastou o Rio Grande do Sul, e enquanto suas consequências ainda eram sentidas pelos gaúchos e várias regiões do país enfrentavam uma das piores secas, a Câmara aprovou o Projeto de Lei 2.168/2021. Sob a escusa de acabar com a "burocracia" para os produtores rurais, foram enfraquecidas as restrições à destruição da vegetação nativa, previstas no Código Florestal (Lei 12.651/2012), ao considerar como de "interesse público" barragens e outras obras destinadas à irrigação e ao abastecimento de água para o gado, em Áreas de Preservação Permanente -APPs.

O Atual Projeto de Lei 159/2021, apelidado de "PL da Devastação" e que visa alterar o processo de licenciamento ambiental no Brasil, é um outro exemplo da política incidindo na devastação ambiental. O projeto permite que empreendimentos obtenham licenças de forma mais fácil e rápida, muitas vezes com base apenas na autodeclararão do empreendedor, sem análises técnicas prévias, fragilizando completamente a principal ferramenta de prevenção de danos da Política Nacional do Meio Ambiente. A aprovação desses projetos ocorreu meses depois do desastre climático que devastou o Rio Grande do Sul.

Um dos principais aportes do entendimento da dimensão socialmente construída do ambiente é o questionamento da noção de desastres "naturais". Cada vez mais é manifesta a "ação do homem" no entendimento das catástrofes. Porém de que homem estamos falando? Não é exato adjudicar a responsabilidade da crise ambiental a um homem genérico, representante de toda a humanidade, pois a

pesar da dimensão dos processos engendrados, a subjetividade própria do capitalismo extrativista e industrial não é universal.

A narrativa hegemónica das alterações climáticas tem sido renomeada de forma provocativa por Giovanna Di Chiro (2017) como *White (M) Anthropocene.* Para ela, o Antropoceno é uma categoria genérica que peca por continuar propondo a narrativa de uma história universal, sem considerar as desigualdades e os impactos diferenciados da crise ambiental sobre diferentes grupos sociais. Em outras palavras, o discurso do Antropoceno ignora o papel do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado no desequilíbrio ecológico, e reproduz um ethos colonial que naturaliza a dominação e obscurece as relações de poder das estruturas capitalistas globais que estão na origem do colapso ambiental. Uma reflexão sobre termos alternativos como Capitaloceno e Plantationoceno[1] para abordar os efeitos planetários dos processos antrópicos tem sido feita por Donna Haraway (2015).

Desafiando o universalismo, o anti-humanismo e o cinismo subjacentes ao discurso do Antropoceno, ativistas da justiça ambiental, da justiça climática e de organizações indígenas não invocam a retórica do Antropoceno de que os humanos são destruidores ou senhores da natureza. Em vez disso, esses grupos oferecem exemplos de políticas regenerativas baseadas em estratégias políticas que melhoram a vida e em organização proativa em apoio a uma transição justa para as energias renováveis, economias locais e comunidades social e ecologicamente sustentáveis (Di Chiro, 2016).

[1]Transformação devastadora oriunda de diversos tipos de fazendas com tendências humanas, pastos, e florestas em plantações extrativas e fechadas, baseadas em trabalho escravo e outras formas de trabalho explorado, alienado, e, geralmente, deslocado espacialmente.

Do mesmo modo, a terminologia “desastre ambiental, não traduz a responsabilidade do capitalismo industrial na maioria dessas tragédias. Autores como Piers Blaikie e Harold Brookfield (1987), Mike Davis (2006), David Harvey (1974) e Michael Watts (1983), entre outros, já escreveram sobre o caráter socialmente construído de “desastres naturais”, como a degradação do solo, a fome, a seca e os alagamentos. Eles coincidem em que as relações de poder e a posição social determinam o risco e a vulnerabilidade social a estes fenômenos.

Karen Bakker (2005), James Sidaway (2008 e Matt Huber (2011) têm chamado a atenção para a forma como as catástrofes ambientais devem ser compreendidos dentro das lógicas de acumulação de capital e as geografias desiguais que elas produzem. No Brasil um apontamento sério nesse sentido tem disso elaborado por Andreia Zhouri (2020, 2023).

Em 2006, o geógrafo Neil Smith publicou um artigo sobre o impacto do furacão Katrina na região sul dos Estados Unidos que havia acontecido no ano anterior. Mais de 1800 pessoas morreram, em sua maioria eram negras e pobres. Smith argumentou que em todo desastre, a diferença entre quem vive e quem morre é um cálculo social, que nada tem de natural. Enquanto as tentativas oficiais tentaram relegar o desastre do Katrina dentro dos inevitáveis desastres “naturais”, o papel das ciências sociais foi o de exercer um contrapeso a essa narrativa.

Cindi Katz (2008), também geógrafa, complementou que no caso de Katrina não se pode ignorar o ataque neoliberal às esferas da reprodução social dos aspetos cotidianos e fundamentais da política do cuidado que tornam possível a vida humana, tais como educação, moradia e saúde. O neoliberalismo também se expressa na

precarização do mundo do trabalho de funcionários e técnicos responsáveis pelos sistemas de alarme e controle ambiental e meteorológicos, bem como corpos de defesa civil e bombeiros. Muitas vezes o Estado pode até adquirir tecnologia de ponta para monitoramento ambiental, mas dispensa investimentos em pessoal capacitado.

No caso do terremoto no Haiti, as geógrafas, Beverley Mullings, Marion Werner e Linda Peake (2010) fizeram contribuições importantes para além dos relatos dos efeitos diferenciados desses desastres sobre mulheres e homens. Seu trabalho dialoga com Smith (2006) e Katz (2008) sobre o propósito de identificar o papel dos discursos e práticas de gênero nas causas desses desastres e as raízes históricas e geográficas nas formações de classe, raça/etnia e gênero aprofundadas pelos efeitos do neoliberalismo. Da mesma forma, as autoras mostram como as lógicas masculinistas resultaram em mecanismos de atenção baseados na implantação militar e a criminalização e perseguição das populações afetadas, e não no cuidado das suas necessidades mais urgentes.

No campo do desenho das políticas públicas, Joni Seager e Betsy Hartmann (2005) procuraram uma inclusão crítica das categorias de género na prevenção e assistência em caso de catástrofe. Seager (2006) apresenta uma crítica sobre como as relações de gênero são negligenciadas quando se trata de compreender, estudar, abordar e prevenir desastres "naturais". A autora compara o caso do Katrina, onde as vítimas foram na sua maioria mulheres afrodescendentes de baixa renda, com o tsunami no Sudeste Asiático em 2004, as inundações em Bangladesh em 1991 e o terremoto de Kobe no Japão em 1995. Nesses casos, Seager

encontrou que as relações de género têm efeitos profundos nas dimensões e consequências das catástrofes, destacando que ao serem as principais responsáveis do cuidado de crianças e idosos, as mulheres têm menor mobilidade espacial e acesso restringido a recursos básicos. Este fato se agrava se consideramos que as vítimas de catástrofes naturais são geralmente entre duas e quatro vezes mais mulheres do que homens (ibid.). Daí que enquanto mais marcadores da diferença acumulam as mulheres, maior é o impacto dos eventos climáticos e ambientais extremos nas suas vidas e entornos. Mulheres chefes de lar estão na linha de frente e por este motivo são sobrecarregadas física e mentalmente, sendo seu sofrimento ignorado, quando não naturalizado.

Considerações Finais

As correntes analisadas evidenciam alguns dos aspetos mais estudados das relações entre gênero e meio ambiente e brindam insumos para abordar de forma crítica os impactos diferenciados da crise climática. Apesar das diferenças teóricas e metodológicas, esses estudos podem ser entendidos como perspetivas complementares que informam o uso, acesso e controle dos recursos e abordam as respostas locais aos fenômenos gerados pela injustiça ambiental como a enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres.

O propósito desse balanço foi brindar uma melhor compreensão da natureza política do meio ambiente e do gênero. O estudo dos processos simultâneos e interligados de produção da natureza e de constituição de sujeitos a partir de lógicas de

diferenciação e dominação sócio espacial encontra um complemento na metodologia que brinda a intereseccionalidade entre gênero, raça e classe, a qual deve ser assumida de forma transversal nas políticas públicas.

A compreensão da dimensão multi-escalar dos conflitos ambientais e a distribuição de privilégios que produzem as desigualdades sociais que se acentuam em momentos de crise é um ponto de partida da política pública. Essa agenda precisa valorizar o protagonismo feminino em espaços que vão do corpo ao território, do lar às instituições, da agricultura à pesquisa, passado pelo cuidado, a regeneração e o ativismo em frentes que abrangem saneamento público, alimentação, educação, emprego e saúde. Em outras palavras, as questões ambientais não devem ser tratadas de forma isolada, mas sim consideradas em todas as áreas e níveis da atuação governamental. Uma política pública transversal na área ambiental deve integrar as dimensões ecológica, social e econômica, garantindo que as decisões em diferentes setores levem em conta os impactos ambientais.

Nas últimas décadas, tanto gênero quanto meio ambiente entraram na narrativa dominante. Apesar da sua aparente proliferação tanto na esfera política como no discurso popular, existe o risco do esvaziamento político, se essas categorias apenas forem usadas para florear discursos. Com a mudança climática, os desastres ambientais chegaram para se tornar parte do calendário. Evitar a naturalização das injustiças ambientais é um passo fundamental na construção de uma agenda política. Ao compreender a natureza política do ambiente, o papel da política pública deve se encaminhar para o combate das desigualdades estruturantes e não apenas para a mitigação e à adaptação à mudança climática.

Referências

ACSERALD, Henri. Justiça ambiental ação coletiva e estratégias argumentativas, in Henri Acserald, José Augusto Pádua e Selene Herculano, (orgs.), *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004

ACSERALD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental *Estudos Avançados* 24 (68), 2010

AGARWAL, Bina. El género y el debate medioambiental: lecciones desde India, in AGRA, María Xosé (comp.) *Ecología y Feminismo*. Granada: Ediciones Comares, 1997 [1992].

AGÊNCIA BRASIL, Ano de 2024 foi o mais quente no Brasil desde 1961, aponta Inmet. Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-01/ano-de-2024-foi-o-mais-quente-no-brasil-desde-1961-aponta-inmet#:~:text=O%20Instituto%20Nacional%20de%20Meteorologia,desde%20o%20ano%20de%201961. 2025

BANIWA, Braulina. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. *Vukápanavo: Revista Terena,* Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.

BAKKER, Karen. Katrina: the public transcript of 'disaster. *Environment and Planning D: Society and Space* 23, 2005, p. 795-802

BELMONT, Mariana. *Racismo Ambiental e Emergências climáticas no Brasil*, organizada por (2023) São Paulo: Instituto Clima e Sociedade e Climate and Land Use Alliance – CLUA, Instituto de Referência Negra Peregum, 2023

BLAIKIE, Piers; BROOKFIELD, Harold. *Land Degradation and Society*. Londres, New York: Meuthen, 1987

BOLADOS GARCÍA, P., & SÁNCHEZ CUEVAS, A. (2017). Una ecología política feminista en construcción: El caso de las" Mujeres de zonas de sacrificio en resistencia", Región de Valparaíso, Chile. *Psicoperspectivas, 16*(2), 33-42.

BONILLA, Irene. La feminización de la justicia ambiental desde la ecología política. Una alternativa para Ocotlán, Jalisco. *Revista Latinoamericana de Geografía e Gênero* 2015 6 (2): 38-51.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. Presentação in *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

BRÚ, Josepa. Spanish women against industrial waste. in ROCHELEAU, Dianne et al. (eds.) *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences*. Nueva York: Routledge, 1996

CABNAL, Lorena. El relato de las violencias desde mi territorio cuerpo-tierra In: SOLANO, Xochitl Leyva; ICAZA, Rosalba (coord.).

En tiempos de muerte: Cuerpos, rebeldías, resistencias. Tomo IV. Chiapas, Buenos Aires: La Haya: Cooperativa Editorial Retos: CLACSO, Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, 2019. p. 113-126

CRUZ HERNÁNDEZ Delmy Tania. Revisitando la Cartografía Cuerpo-Territorio desde la Autoetnografía Feminista. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, nº 59, Julho/Dezembro de 2023, p. 64-82

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. La salud se camina. En busca de la salud del territorio en contextos de violencia lenta: Insurgencias de mujeres organizadas en la región fronteriza de Chiapas. In: HERNÁNEZ, Ana Luisa Sánches; MARTÍNEZ, Miguel Angel Martínez; ESTRADA, Francisco Díaz (ed.). *Gender-based Violence in México: Narratives, the State and Emancipations.* Londres: Routledge, 2023. p. 39-55.

COLECTIVO MIRADAS CRITICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO *Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios* Quito: CLACSO, 2017

DI CHIRO, Giovanna. Welcome To the White (M)Anthropocene? A Feminist-Environmentalist Critique. *Routledge Handbook of Gender And Environment.* 2017

DI CHIRO, Giovanna. Environmental Justice and The Anthropocene Meme. *The Oxford Handbook of Environmental Political Theory.* 2016 pp. 362-382.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

CRESHAW Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color, in FINEMAN Martha Albertson, MYKITIUK Rixanne (eds.) *The Public Nature of Private Violence*. New York: Routledge, 1994, p. 93-118.

DAVIS, Angela. Racismo, controle de natalidade e direitos reprodutivos. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 205-223.

DAVIS, Mike. *Los holocaustos de la era victoriana tardía: Las hambrunas de El Niño y la formación del Tercer Mundo*. Valencia: Universitat de Valencia, 2006 [1991]

D'EAUBONNE, Françoise. *Le féminisme ou la mort*. Paris: Pierre Horay, 1974.

DESCOLA, Philippe & PALSSON, Gísli. Naturaleza y sociedad. *Perspectivas antropológicas*. México: Siglo Veintiuno, 2001.

ESCOBAR, Arturo. ¿Cómo pensar la relación entre el ser humano y la naturaleza?' En ESCOBAR, Arturo. *Más allá del Tercer Mundo: Globalización y diferencia*. Bogotá, Popayán: ICANH-Universidad del Cauca, 2005

GALLINI, Stefania. Problemas de métodos en la historia ambiental de América Latina. *Anuário IHES* 19, 2004, p. 147-171.
GINSBURG, F.; RAPP, R. The politics of reproduction. *Annual Review of Anthropology*, [*s. l.*], v. 20, p. 311-343, 1991.
GINSBURG, F.; RAPP, R. *Conceiving the New World Order*: the global politics of reproduction. Berkeley: University of California Press, 1995.
FEDERICI Silvia. *Beyond the Periphery of the Skin: Rethinking, Remaking, and Reclaiming the Body in Contemporary Capitalism*. Oakland: PM Press, 2020
GÓMEZ Bonilla, Adriana. Los programas de pago por servicios en Mipa Alta. Un análisis desde la ecología política feminista. Sociedad y Ambiente 2017 [S.l.], núm. 15, 93-116
HARAWAY, Donna. *Manifiesto Ciborg: El sueño irónico de un lenguaje común para las mujeres en el circuito integrado* 1984. Disponível online: www.lkstro.com/docu/manifiesto_ ciborg.pdf.
HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.
HARAWAY, Donna, Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin", in *Environmental Humanities,* Volume 6. Copyright, 2015, Duke University Press.
HARTMANN, Betsy. *Reproductive Rights and Wrongs: The global politics of population control and contraceptive choice*. Nueva York: Harper and Row, 1987
HARCOURT, Wendy. *Body Politics in Development: Critical Debates in Gender and Development.* Londres: Zed Books, 2009
HARDING, Sandra. From the Woman Question in Science to the Science Question in Feminism. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987
HARVEY, David. Populations, Resources and the Ideology of Science. *Economic Geography* 50 (3), 1974, p. 256-277
HIRATA; KERGOAT Daniele, A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *Novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003. p.111-123.
HUBER, Matt. Gusher in the Gulf and the Despotism of Capital. Antipode 43(2), 2011, p. 195-198
IACOVINI, Rodrigo; VIEIRA, Victor. No mesmo mar, sim, mas não no mesmo barco: desigualdades e mudanças climáticas. Nexo Jornal, 22 dez. 2020. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2020/12/22/no-mesmo-mar-sim-mas-nao-no-mesmo-barco-desigualdades-e-mudancas-climaticas.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, New York: Routledge, 2000.
KATZ, Cindi. Bad elements: Katrina and the scoured landscape of social reproduction. *Gender, Place and Culture* 15(1), 2008, p. 15-29.
KERGOAT Daniele, Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63. Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, n.3D.
LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, 152 p.
LANGSTON, Nancy. Toxic Bodies: Hormone Disruptors and the Legacy of DES. New Haven: Yale University Press, 2010
LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México: Siglo XXI, PNUMA, 1998
MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature. Women, Ecology and the Scientific Revolution*. New York: Harper Collins, 1980
MERCHANT, Carolyn. 'Gender and Environmental History'. *Journal of American History* 76, 1990, p. 1117-1121.
MENDOÇA Pedro, SILVA Fernanda BRITT, Gisele, Racismo ambiental e risco: um olhar sobre a produção de áreas de exclusividade brancas in BELMONT Mariana (org.) *Racismo Ambiental e Emergências climáticas no Brasil*, organizada por (2023) São Paulo: Instituto Clima e Sociedade e Climate and Land Use Alliance – CLUA, Instituto de Referência Negra Peregum, 2023
MIES, Maria e SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo.* Lisboa: Instituto Piaget, 1993. Coleção Epistemologia e Sociedade
MORGAN, L. M.; ROBERTS, E. F. S. Reproductive governance in Latin America. *Anthropology & Medicine*, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 241-254, 2012.
MULLINGS, Beverley; WERNER, Marion; PEAKE, Linda. *Fear and Loathing in Haiti: Race and Politics of Humanitarian Dispossession*. Acme 19, 2010, p. 282-300.
PATERMAN Rachel, RODRÍGUEZ LUZ STELLA, *Úrsula, uma peixinha do Sertão Carioca*. Rio de Janeiro, Academicomis, 2024
PLUMWOOD, Val. *Feminism and the Mastery of Nature*. London: Routledge, 1993.
PULIDO, Laura. 'Rethinking Environmental Racism: White Privilege and Urban Development in Southern California. *Annals of the Association of American Geographers* 90(1), 2000, p. 12-40.
RIVERA CUSICANQUI, Silvia. 'La noción de "derecho" o las paradojas de la modernidad postcolonial: indígenas y mujeres en Bolivia'. Aportes Andinos 20, 2004 [1997], s.p.

ROCHELEAU, Dianne. Ecología Política Feminista: Poder en redes y poderes enredados. En POATS, Susan et al. (eds.) *Tejiendo redes entre género y ambiente en los Andes*. Quito: Corporación Grupo Randi Randi, Ediciones Abya-Yala, 2007

ROCHELEAU, Dianne et al. (eds.) *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences.* Nueva York: Routledge, 1996

SCOTT, J. (1988). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, pp. 5-22.

SEAGER, Joni; HARTMANN, Betsy. *Mainstreaming Gender in Environmental Assessment and Early Warning: Conceptual Challenges and Opportunities.* Nairobi: Division of Early Warning and Assessment, United Nations Environment Programme, 2005

SEAGER, Joni. Noticing gender (or not) in disasters. Geoforum 37(1), 2006, p. 2-3.

SIDAWAY, James. 'The dissemination of banal geopolitics: webs of extremism and insecurity'. Antipode 40 (1), 2008, p. 2-8

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida: mujer, ecología y desarrollo. Madrid: Editorial Horas y Horas, 1995 [1988];

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003. 240 p.

SMITH, Neil. *There is no such thing as a natural disaster. Understanding Katrina: Perspectives from the Social Sciences*. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em https://items.ssrc.org/understanding-katrina/theres-no-such-thing-as-a-natural-disaster/

SVAMPA Maristela, Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In LANG, Miriam (org.) *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento* Editora Elefante: 2016

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

TURQUET Laura, TABBUSH Constanza, STAAB Silke, WILLIAMS Loui, *Feminist Climate Justice: A Framework for Action*. Conceptual framework prepared for Progress of the World's Women series. New York: UN-Women 2023.

ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. *Nómadas*, Universidad Central, v. 45, p. 123-139, 2016.

VIVANCO, Enrrique. *Asesoría Técnica Parlamentaria: Zonas de sacrificio en Chile: Quintero-Puchuncaví, Coronel, Mejillones, Tocopilla y Huasco. Componente industrial y salud de la población*. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em

https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=repositorio/10221/33401/1BCN_Zonas_de_sacrificio_en_Chile_2022_FINAL.pdf 2022
WATTS, Michael. Hazards and Crisis: A Political Economy of Drought and Famine in Northern Nigeria. *Antipode* 15 (1), 1983, p. 24-34.
ZHOURI, Andréa. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 16, n. 32, p. 51–68, 12 Jan 2020
ZHOURI, Andréa. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 29, n. 66 maio/ago. 2023

Recebido para publicação em 11/04/2025

Aceito para publicação em 10/09/2025